

EMERSON DE SOUZA ROCHA

**ANÁLISE DA CONDIÇÃO ATUAL E DOS FATORES DE MIGRAÇÃO  
DOS EX-CAMPONESES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE PEROBAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Prof<sup>a</sup> Orientadora: **Cecília Maria Ghedini**

MATINHOS

2011

## ANÁLISE DA CONDIÇÃO ATUAL E DOS FATORES DE MIGRAÇÃO DOS EX-CAMPONESES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE PEROBAL

*“... o ato de migrar está associado ao nosso cotidiano,  
à procura de algo melhor, sempre mais adiante.”*  
Sérgio Odilon Nadalin

Emerson de Souza Rocha<sup>1</sup>  
Cecília Maria Ghedini<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo constitui-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que proporciona uma compreensão relevante sobre as causas do êxodo rural no município de Perobal, bem como traz uma reflexão sobre a atual condição de vida dos ex-agricultores familiares atualmente residentes no perímetro urbano do município em questão. Levando-se em consideração vários fatores, conclui-se que a qualidade de vida do grupo pesquisado melhorou após sua migração para a cidade, em consonância com as declarações dos entrevistados. Considera-se que a vida dos camponeses pobres, ou com pouca terra, fica muito abaixo de um nível mínimo de dignidade, condição que, na cidade, têm maiores possibilidades de alcançar. Apontam-se também necessidades urgentes de serem encaminhadas enquanto políticas públicas para melhorar a vida dos agricultores familiares, amenizando assim, o problema do êxodo rural, não só nesta localidade, mas em uma escala nacional.

**Palavras-chave:** Êxodo rural, agricultores familiares, qualidade de vida.

---

<sup>1</sup> Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo, Programa Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral (UFPR Litoral) e; Colégio estadual Ana Neri; E-mail [erminhorocha@hotmail.com](mailto:erminhorocha@hotmail.com); tel. (44) 84079879.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia – UNIJUÍ-RS (1997), Mestrado em Educação - UFPR (2007), Doutoranda em Educação - UERJ (2011), professora assistente da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão – PR.

## CONTEXTO

Nas reflexões acerca dos problemas gerados pelo êxodo rural, o discurso mais conhecido e propagado, tanto pela mídia como nas salas de aula de todo país, é o de que tal fato tem sido corresponsável por toda sorte de mazelas sociais dos centros urbanos, como demonstram as citações a seguir retiradas de alguns dos inúmeros textos existentes referente ao assunto: “[...] desempregados na área rural. Estes se dirigiram para as novas fronteiras agrícolas, ou se integraram aos contingentes de despossuídos que engrossavam as favelas e cortiços das cidades paranaenses e de outros estados” (OLIVEIRA, 2001, p. 37). “No campo este processo tem gerado maior concentração da propriedade e da renda. Na cidade este processo tem implicado maior concentração urbana, desemprego e intensificação da violência” (ARROYO, (Org.) *et al.*, 2009, p. 28). “O resultado mais perverso foi o inchaço das periferias e das favelas nas metrópoles, com o aumento da criminalidade e das demandas sociais.” (RYDLE, 2000, p. 1).

Esse discurso chama a atenção não só para o conjunto social, mas dá ênfase a situação particular do homem do campo que, indo para a cidade acaba marginalizado e condicionado a uma subvida, muito pior do que aquela, outrora vivenciada em seus tempos de agricultor familiar.

Apesar dessa argumentação, ainda é grande o número de pessoas que saem do campo em busca de melhores condições de vida na cidade. Por conta destas constatações e também a partir das experiências específicas dos ex-agricultores familiares entrevistados, que demonstraram como alguns conseguiram aumentar significativamente sua renda e, a princípio, melhorar sua qualidade de vida depois de trocarem o campo pela cidade, essa pesquisa encontra motivação. Afinal, a vida do homem do campo, em um contexto amplo, melhora ou piora quando ele migra para a cidade?

Desde já, orienta-se que os resultados aqui expostos são referentes a um pequeno município de caráter rural e não a um grande centro urbano fortemente

industrializado. Porém, isso não diminui sua importância visto que dos 5.565 municípios do país, 2.551 contêm menos de 10 mil habitantes, segundo dados do IBGE<sup>3</sup>. Esse número representa 45,8% do total de municípios do país.

O campo de pesquisa escolhido foi o município de Perobal, localizado na região noroeste do Estado do Paraná. Tal região apresenta a colonização mais recente do Estado, tanto que por algum tempo foi tratada como “Norte Novíssimo”. “A última área a ser colonizada no Estado do Paraná, recebeu o nome de Norte Novíssimo. Corresponde à região do Vale do Rio Ivaí e compreende cidades como Paranavaí, Umuarama, Cianorte e Campo Mourão” (STECA, 2008, p. 163).

Segundo o histórico do município, contido em arquivo da prefeitura municipal, Perobal teve sua colonização iniciada na década de 1950.

Por volta de 1.950, a área onde está situado o Município de Perobal era coberta de mata fechada, sobressaindo-se a peroba, quando aqui chegaram os primeiros colonizadores (HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE PEROBAL, 2011, p. 6).<sup>4</sup>

Outro dado importante sobre o local pesquisado é que ele faz parte de um território formado por vários municípios com características muito semelhantes.

O Território Entre Rios... localiza-se na região noroeste do Paraná, com uma população total de 407.586 habitantes segundo o Censo do IBGE 2010. A maioria dos municípios apresenta características fortemente rurais, sendo eles: Alto Paraíso... Perobal [...] (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ENTRE RIOS, 2011, p. 3)<sup>5</sup>

Ainda segundo a mesma fonte os municípios de Entre Rios apresentam IDH médio na faixa de 7, mesma posição em que Perobal se enquadra. Isso tudo garante a relevância desse estudo, como algo que não se restringe a um município de pouco

---

<sup>3</sup> <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>. Acesso em 27 de julho, de 2011.

<sup>4</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Perobal – PR.

<sup>5</sup> Arquivo da EMATER do Município de Perobal.

mais de cinco mil habitantes, mas como fato que pode estar presente na realidade de vários municípios e pessoas do nosso país.

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica de autores afins, pesquisa em sites da Web, consulta aos arquivos de dados dos órgãos municipais, bem como pesquisa de campo onde foram entrevistados oito homens e doze mulheres cujas idades partiam dos 18 anos e ultrapassavam os setenta. Em alguns casos, esteve toda a família presente durante a entrevista, colaborando com a compreensão e coleta dos dados. O questionário aplicado trazia questões de caráter econômico, social e cultural, elaboradas de forma a permitir que os entrevistados pudessem discorrer livremente sobre o assunto transmitindo o máximo de informações.

A pesquisa revela algumas das principais causas do êxodo rural na região, apontado questões-chaves a serem analisadas pelos órgãos administrativos e governamentais a fim de amenizar esse problema.

Como seu foco principal, o presente artigo, ainda que por amostragem, indica a situação atual dos ex-agricultores familiares residentes no município analisado.

## **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

Entre os meses de abril e julho, de 2011, foram entrevistados vinte membros de famílias diferentes, que deixaram o campo entre os anos de 1960 e 2009, e atualmente residem no perímetro urbano do município de Perobal. Esses entrevistados são uma pequena parte da grande massa de trabalhadores que têm abandonado o campo em nosso país.

Em 1960 a população rural constituía 54,6% da população total brasileira. Já o censo de 2010 revela que esse número caiu para 15,6%<sup>6</sup>. Seguindo a mesma

---

<sup>6</sup> <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 27 de julho, de 2011.

tendência, o Paraná teve o percentual de seus habitantes rurais reduzido de 69,3 na década de 1960 para 41,4 em 1980, período em que esse fenômeno se apresenta de maneira mais crítica no estado (OLIVEIRA, 2001). Enquadrado nesse contexto nacional e estadual, o município de Perobal também teve o número de seus camponeses reduzido de aproximadamente 92% em 1961, ano de sua fundação oficial, para 45,4% em 2010.<sup>7</sup>

O resultado das entrevistas revela que os motivos desse deslocamento são diversos e vão desde problemas conjugais, como relata Margarida:<sup>8</sup> *“Meu pai se separou da minha mãe e não dava pra nós duas tocar a roça sozinhas...”*, até acidentes de trabalho, como descreve dona Rosa, filha de pioneiros do município: *“Meu pai se acidentô derrubando mato e ficô inválido, aí a gente teve que mudar mais pra perto dos recursos”*.

Mas as principais motivações do êxodo rural no município revelam a falta de assistência ao homem do campo em todos os sentidos. As causas campeãs são a dificuldade de acesso à escola para as crianças, a falta de condições de sobrevivência digna com a renda advinda das culturas praticadas na propriedade e a oferta de trabalhos mais rentáveis na cidade para os jovens.

É inspirador ver como o homem do campo valoriza a educação formal de seus filhos. Cinco das vinte famílias entrevistadas alegam terem abandonado o campo para que os filhos pudessem estudar. Do mesmo modo, é lastimável ver como o Estado ao longo da história tem desvalorizado a educação formal do homem do campo. Em metade das famílias que participaram da pesquisa as crianças, adolescentes e jovens não puderam freqüentar a escola normalmente. Entre os problemas estão a falta de transporte, a longa distância e em alguns casos em que havia escolas rurais era comum faltarem professores.

---

<sup>7</sup> Arquivo da Prefeitura Municipal de Perobal – PR

<sup>8</sup> Para resguardar a identidade dos entrevistados, os nomes apresentados aqui são fictícios.

Vale lembrar que, apesar desta triste constatação, a luta por uma educação do campo tem ganhado corpo a cada dia em nosso país, e as ações nesse sentido já vem de longa data.

[...] a I Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo”, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 31 de julho de 1998, evento que foi uma espécie de “batismo coletivo” da luta dos movimentos sociais e das educadoras e dos educadores do campo pelo direito à educação (ARROYO, (Org.) *et al.*, 2009, p. 16).

Número igual ao das famílias que deixaram o campo, motivadas pelos estudos dos filhos, foi o daquelas que o fizeram em busca de melhores empregos para seus jovens.

A decadência da cultura cafeeira obrigou seis das famílias entrevistadas a migrarem para a cidade, pois não encontraram, no momento, outra alternativa viável de renda no campo. Alguns agricultores, como o seu Ipê, desabafam: *“A gente foi cansando de lutar, lutar, com aquela lavoura. Uma vez era o preço do café que não dava pra nada. Outra era a geada que vinha e acabava com tudo.”*

De fato a cafeicultura no Brasil entra em um drástico declínio na mesma época em que Perobal se afirmava como município.

O ciclo cafeeiro começa a dar claros sinais de esgotamento no início da década de 1960. A expansão da área plantada, no Brasil e nos demais países concorrentes nesse mercado, gerou excesso de oferta do produto, levando a sucessivas tendências de baixas no preço do café. Cabe também mencionar a política do governo Juscelino Kubistchek (1955-61) de confisco cambial dos lucros dos cafeicultores envolvidos com exportação. Tudo isso acabou por levar o setor ao declínio. Com as intensas geadas que se abatem sobre os cafezais no fim da década de 60 e primeira metade da década de 70, sua erradicação em vastas áreas se torna inevitável, uma vez que o replantio se tornou inviável economicamente (OLIVEIRA, 2001, p. 35).

Outro dado crítico revelado pela pesquisa é que 40% das famílias entrevistadas eram formadas por empregados rurais e arrendatários, que mesmo tendo permanecido no campo durante vários anos não tiveram condições econômicas de acesso à propriedade da terra. Apesar de dramática, essa é a

realidade de um país em que “apenas 1% dos proprietários são donos de 46% de todas as terras” (ARROYO, (Org.) *et al.*, 2009, p. 43).

Quanto ao foco principal dessa pesquisa, os números e os depoimentos revelam uma realidade que nenhum militante pela causa do homem do campo gostaria de constatar. Em 75% dos casos a renda familiar aumentou significativamente após trocarem a atividade rural pela urbana; 10% dizem ter permanecido igual e apenas 15% dos entrevistados alegam ganhar menos na cidade do que ganhavam no campo.

É claro que é preciso levar em consideração o fato de que em suas propriedades rurais a grande maioria dessas famílias produzia uma boa parte de tudo o que precisavam para sobreviver, inclusive as próprias roupas. Mas para isso era necessário muito trabalho, o que também está relacionado com a qualidade de vida. No campo a média de tempo de trabalho dos membros adultos das famílias girava em torno de 55 horas semanais, enquanto na cidade esse número caiu para 48 horas semanais.

É uma questão bastante difícil de analisar, pois, os alimentos produzidos por esses agricultores para o seu consumo eram sem dúvida mais saudáveis do que os comprados hoje nos supermercados. Assim como a água que bebiam e o ar que respiravam. Sem falar das poluições sonora e visual presentes em qualquer cidade, por menor que seja. E isso tudo também deve ser considerado quando se analisa a qualidade de vida das pessoas. Todavia, aqueles que sentiram na pele todo processo, podem opinar com maior propriedade e conduzir-nos a uma conclusão sobre essa problemática.

O senhor Araucária esbraveja com indignação e pesar: *“Eu não tenho saudade nenhuma da roça. O agricultor nesse país é tratado sem o menor respeito. A gente se mata de trabalha e o suor da gente não tem valor. Aqui na cidade eu construí, o que eu lutei a vida inteira no sítio e num consigui.”* O desabafo do senhor Araucária se reflete nos 90% dos entrevistados que, quando questionados se



voltariam para o campo caso tivessem a oportunidade, dizem que não o fariam, embora reconheçam os pontos positivos daquele período.

Entre os elementos de satisfação, dos ex-agricultores familiares que participaram da pesquisa, com a vida na cidade, destacam-se: melhores empregos e facilidade de acesso à escola para os filhos; renda fixa; proximidade com os serviços de saúde, igreja e comércio.

## CONSIDERAÇÕES

O objetivo desse artigo nunca foi promover a valorização da cidade em detrimento do campo. Buscou-se desde o início fazer uma análise imparcial da realidade investigada, embora em alguns momentos a imparcialidade quisesse dar lugar à indignação.

Após tantos anos de luta a sociedade brasileira ainda se depara com problemas que insistem em castigar aqueles que estão a mercê da irresponsabilidade, falta de vontade ou competência do poder público, assim como de grupos dominantes de setores da economia que manipulam o mercado segundo as suas ambições, flagelando os que desejam apenas sobreviver com dignidade.

É verdade que ações como o programa ProJovem Campo – Saberes da Terra, bem como outras experiências implantadas pelo governo em prol da educação do campo, estão dando ótimos resultados e abrindo espaço para que novas iniciativas sejam tomadas nessa direção. Mas garantir o acesso a uma educação de qualidade à sua população é uma das principais obrigações do governo de qualquer país, e políticas como as acima citadas não deveriam ser empregadas mediante pressão popular ou elaboradas e propostas por grupos organizados, embora não se diminua o mérito das lutas desses grupos. Mas essas políticas deveriam brotar de dentro do Estado.

A implantação de uma política educacional voltada para o campo é talvez o primeiro passo que deve ser dado para solucionar o problema do êxodo rural no Brasil, conforme revelam os dados da pesquisa e conforme já se constatava e manifestava na Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”.

Nosso propósito é conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais. Para que vivam com dignidade e que, organizados, resistam contra a expulsão e expropriação (ARROYO, (Org.) et al., 2009, p. 27).

A educação, a instrução, a conscientização têm possibilidade de dar uma “nova cara” para a agricultura familiar brasileira. Conforme já exposto, grande é o número de famílias que abandonam o campo por não encontrarem mais alternativas viáveis de sobrevivência digna dentro de suas pequenas propriedades.

As condições macroeconômicas normalmente são adversas à agricultura familiar e as políticas públicas de apoio à produção são limitadas. Diante de tal quadro, a viabilização econômica de pequenas explorações agrícolas não é fácil de ser obtida (ALVES, 2008, p. 87).

A questão não é que as alternativas não existam, mas sim da ausência de seu conhecimento por parte da maioria dos agricultores familiares rurais. De todos os agricultores familiares que participaram desta pesquisa, e a mesma realidade se repete em inúmeros casos Brasil a fora, nenhum deles foi bem orientado sobre algum dos diversos meios de viver da terra fugindo do padrão instituído no país já na década de 1960, com a Revolução Verde, mesmo sendo esse modelo inviável para o pequeno agricultor. Apenas quatro, dos vinte agricultores entrevistados, investia na policultura como forma de geração da renda em suas propriedades. A grande maioria dos pequenos proprietários ainda mantinha-se presa a um modelo de produção que foi projetado para latifundiários com grande poder de investimento econômico.

A Revolução Verde é, fundamentalmente, um sistema altamente dependente de insumos externos, caracterizados pela alta densidade técnica e científica e pelo alto investimento de capital que conectam entre si complexas redes mundiais. Além disso, este sistema privilegia a monocultura como forma de potencializar o uso dos recursos econômicos (ALVES, 2008, p. 65).

Verifica-se, portanto, que o agricultor familiar ignora esse contexto, ou não encontra meios para fugir desse sistema de opressão e exploração consolidados. Em sua contribuição presente na coletânea intitulada “Desenvolvimento territorial e agroecologia”, Hespanhol analisa a questão e aponta uma direção a ser seguida para garantir a sobrevivência da agricultura familiar rural:

[...] a agricultura familiar tem cada vez menos espaço para participar da produção de commodities agrícolas, tendo como melhor alternativa a diversificação produtiva.

Atividades mais exigentes em mão-de-obra (a exemplo da avicultura e da fumicultura integradas à agroindústria; da produção de leite; do cultivo de produtos hortifrutícolas; da sericultura; da produção de mel; de extração de látex, entre outras), constituem alternativas importantes de geração de renda na agricultura familiar. A produção orgânica, principalmente de olerícolas, para o atendimento de certos nichos de mercado também constitui importante alternativa.

A agregação de valor aos produtos por meio da produção artesanal de queijos, requeijão, doces, compotas etc, também pode constituir importante alternativa à agricultura familiar. A exploração comercial de certos serviços, dependendo da localização e das condições locais, pode ser realizada em propriedades rurais não muito distantes de núcleos urbanos.

A produção de mamona, de girassol e de outra oleaginosas, a exemplo do pinhão manso, tem sido apontada como alternativa para a obtenção de renda pela agricultura familiar, em razão do programa oficial do biodiesel (ALVES, 2008, p.86-87).

Além das várias possibilidades elencadas por Hespanhol (2008), existe toda uma discussão recente sobre os sistemas agroflorestais, que além de apresentar bons resultados na revitalização de solos exauridos, promove boa lucratividade, conforme demonstram os dados da tabela presentes na figura 1.

FIGURA 1


 Ciência Com-Sciência: Explicitando Conexões (Arl, 2007)

Resultados diferenciais da renda nos quatro caminhos, obtidos com base na produtividade do trabalho de uma pessoa ocupada em tempo integral.

| Indicadores                         | Caminhos seguidos pelas famílias agricultoras |                    |            |                                       |
|-------------------------------------|---|--------------------|------------|---------------------------------------|
|                                     | Tradicional                                   | Convencional       | Orgânico   | Agroecologia em sistema agroflorestal |
| Área de produção (ha)               | 5   | 15                 | 0,2        | 4,5                                   |
| Produtos comercializados            | Milho, feijão                                 | Soja, leite        | Hortaliças | Banana, outras frutas, horta etc.     |
| Valor bruto da produção total (R\$) | 3.900,00                                      | 14.250,00          | 12.000,00  | 8.100,00                              |
| Renda da agricultura (%/VBP)        | 43  | <b>(-10,8)</b>     | 27         | 61                                    |
| Renda da agricultura (R\$)          | 1.677,00                                      | <b>(-1.539,00)</b> | 3.240,00   | 4.941,00                              |

Fonte: Rede de Agricultores Familiares Gestores de Referências, safra 2003/2004. Boletim do Deser, número 146, setembro/2005.

Como se pode constatar, as possibilidades são muitas, o que falta é orientação aos agricultores, assim como falta uma melhor distribuição de terras no país. Aliás, conforme Caio Prado Junior esse é um dos principais fatores responsáveis pelo baixo padrão econômico da população brasileira (JUNIOR, 2004).

Após toda a análise conclui-se que a vida dos ex-camponeses atualmente residentes no perímetro urbano do município de Perobal, segundo suas próprias declarações, de fato melhorou. Contudo, isso não ocorre porque na cidade a qualidade de vida é excelente. O ar é menos puro, os alimentos menos saudáveis, existem os problemas do estresse, da agitação, entre outros. Nenhum dos

entrevistados tornou-se milionário. Na verdade a situação econômica que apresentam atualmente como melhor, ou boa, é o mínimo que um ser humano precisa para manter uma vida digna, condição esta que lhes era negada pelo sistema durante o período em que habitaram o campo.

Não se pode permitir que declarações como a do senhor Araucária continuem fazendo parte da realidade camponesa dessa nação. A organização e a militância já têm alcançado várias conquistas no sentido de pressionar o Estado a cumprir seu papel, além de apresentar bons frutos gerados pela união de agricultores em associações e cooperativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, A.F.;CARRIJO,B.R; CANDIOTTO,L.Z.P. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**,1ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. 256p.

ARROYO,M.G.;CALDART,R.S.;MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. 214p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 de julho de 2011.

FERNANDES,B.M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1 ed.São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda, 2008. 432p.

JÚNIOR, C.P. **Formação do Brasil Contemporâneo**.23 ed. São Paulo: Editora Brasiliense,2004. 390p.

JÚNIOR,C.P. **História econômica do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense,2004. 364p.

NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território,população e migrações**. 1 ed. Curitiba: SEED,2001. 107p.

OLIVEIRA, A.U. **A geografia das lutas no campo**. 13 ed. São Paulo: Editora Contexto,2005.128p.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. 1 ed. Curitiba: SEED,2001. 113p.

RYDLE, Carlos. Bomba Desarmada. **Veja on-line**, 2011. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/200900/p\\_050.html](http://veja.abril.com.br/200900/p_050.html). Acesso em 30/07/2011

SANCHES, J.L. **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.546p.

STECA,L.C.; FLORES.M.D. **História do Paraná**. 1 ed. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina,2002. 206p.

**ANEXOS:**

**QUESTIONÁRIO PARA AS ENTREVISTAS**

- 1- Nome \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_
- 2- Número de integrantes da família \_\_\_\_\_
- 3- Em que ano mudaram-se para a cidade? Por quê?

4- Qual era sua situação no campo?

a- Pequeno proprietário

b- Latifundiário

c- Arrendatário

d- Empregado

e- Outro: \_\_\_\_\_

5- (Se era proprietário) Ainda possui a propriedade rural ou vendeu?

6- A renda familiar aumentou o diminuiu após a mudança para a cidade?

7- Possuía moradia própria no campo? E na cidade?

8- Possuía automóvel no campo? E na cidade?

9- As crianças, adolescentes e jovens freqüentaram a escola normalmente durante o período de residência no campo? E na cidade?

10- Qual sistema de cultivo era praticado em sua propriedade?

a- Monocultor

b- Policultor

c- Extrativista

d- Agroflorestal

e- Outro: \_\_\_\_\_

11- Que tipo de mão-de-obra era utilizada para a produção?

a- Familiar

b- Contratada

c- Outra: \_\_\_\_\_

12- Qual era a principal fonte de renda da família no campo?

13- Qual é a principal fonte de renda da família na cidade?

14- Quais atividades secundárias eram praticadas no campo, com o objetivo de gerar renda?

15- O que era produzido para consumo próprio no campo?



16- Quantas diárias cada membro da família trabalhava em média no campo? Quantos dias por semana?

17- Quantas diárias cada membro da família trabalhava em média na cidade? Quantos dias por semana?

18- Na sua opinião, a vinda para a cidade melhorou ou piorou a qualidade de vida da sua família? Por quê? Comente os pontos positivos e negativos de cada período.